

(ANC)

# Aeronáutica entrega texto contra 'anistia' aos cassados

Do Sucursal de Brasília

O Ministério da Aeronáutica está distribuindo entre os constituintes um boletim com o objetivo de mostrar que a proposta de anistia ampla, geral e irrestrita aos militares cassados "é inexecutável e poderá trazer sérios problemas para a Força nos campos da hierarquia e disciplina, assim como problemas para a nação, que não terá recursos para arcar com despesas vultosas".



O assessor-parlamentar do Ministério da Aeronáutica, tenente-coronel Pedro Josino, afirmou que "a

Força Aérea não será contra o que a Assembléia Nacional Constituinte decidir, mas deseja colocar à disposição dos deputados e senadores todos os dados possíveis e necessários para que eles possam bem decidir".

Segundo ele, a anistia concedida em 1985 "foi muito mais ampla do que se possa imaginar e beneficiou até quem cometeu crime comum, sob a alegação de que cometera crime político". Josino disse que a reintegração não tem qualquer respaldo para ser concedida. Declarou também que o último posto da carreira de oficial é coronel e não brigadeiro e que o pagamento dos atrasados é impossível do ponto de vista prático, em virtude da absoluta falta de recursos.

No documento encaminhado a todos os parlamentares, e distribuído também para a imprensa, o Ministério da Aeronáutica diz que as 487 pessoas (civis e militares) que foram punidas por atos institucionais a partir de 1964 foram beneficiados pela lei de Anistia de 1979 ou, posteriormente, pela Emenda Constitucional de novembro de 1985.

Sobre as promoções, após classificar os argumentos utilizados pelos cassados como impertinentes, o documento esclarece que "as alegações até então apresentadas não resistem a uma análise objetiva. Isto porque as premissas básicas que sustentam o raciocínio são falsas, a começar pela real perspectiva de carreira, na ativa, que é de coronel e não de oficial-general". Em relação à rein-

tegração, o coronel Josino disse que ela não tem respaldo nenhum para ser concretizada e que a sua efetivação implicaria em sérios riscos para a hierarquia e disciplina da Força. Acrescentou que qualquer sanção imposta a qualquer um desses "despreparados militares" transformaria o assunto em "político", trazendo sérios danos à rotina da FAB.

O tenente-coronel lembrou que não há comparação entre o período em que aquelas pessoas ficaram afastadas (de 64 para cá) e o em que os revoltosos de Aragarças (GO) ficaram fora da Força (um ano), sendo depois anistiados e reintegrados durante o governo de Juscelino Kubistcheck. Naquela época, declarou ele, havia um espírito de corpo entre os punidos e os que permaneceram na Aeronáutica.